



MARCOS NOBRE

LIMITES DA DEMOCRACIA

DE JUNHO DE 2013 AO GOVERNO BOLSONARO

FESPSP

Cód. acervo: 39593

Cód. exemplar: 63159



Marcos Nobre

Limites da democracia

**De Junho de 2013 ao
governo Bolsonaro**

todavia

**BIBLIOTECA
FESPSP**

63159

© Marcos Nobre, 2022

Todos os direitos desta edição reservados à Todavia.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

capa

Pedro Inoue

fotos de capa

[acima] Maria Objetiva/ Wikimedia Commons

[abaixo] Alan Santos/ PR/ Flickr

preparação

Leny Cordeiro

checagem

Érico Melo

índice remissivo

Luciano Marchiori

revisão

Jane Pessoa

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nobre, Marcos (1965-)

Limites da democracia : De Junho de 2013 ao governo
Bolsonaro / Marcos Nobre. — 1. ed. — São Paulo :
Todavia, 2022.

ISBN 978-65-5692-284-3

1. Ciência política. 2. Democracia. 3. Política — Brasil.
4. Pemedebismo. 5. Análise política. 1. Título.

CDD 320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Situação política no Brasil 320.981

Bruna Heller — Bibliotecária — CRB 10/2348

todavia

Rua Luís Anhaia, 44

05433-020 São Paulo SP

T. 55 II. 3094 0500

www.todavialivros.com.br

2.

Métricas, analíticas e partidos na democracia do digital

Para alcançar uma descrição adequada da crise do pemedebismo e da ascensão de Bolsonaro à presidência em 2018, entendo ser necessário mostrar alguns pré-requisitos indispensáveis. Em primeiro lugar, é preciso ao menos esboçar os contornos da figura atual da democracia a partir de uma tipologia das formas da democracia prevalecentes no século XX, aquilo que se chamará aqui de uma “democracia do digital”. Em seguida, estabelecer algumas das balizas estruturais segundo as quais opera essa nova configuração da democracia, dando especial centralidade aos efeitos da lógica das analíticas e das métricas e suas consequências para as instituições e para a pesquisa sobre as instituições. Em uma terceira etapa, examinar como esses desenvolvimentos podem se concretizar em uma reflexão sobre a natureza dos partidos dentro desse novo enquadramento, sem esquecer de suas figuras pregressas, ainda presentes no momento atual. Por fim, detalhar algumas das consequências desse novo quadro para a prática política em sentido amplo, incluindo aí, por exemplo, a caracterização dos novos fenômenos políticos em termos de outsiders. São essas as quatro partes em que se divide o capítulo.

I. Formas que precederam a democracia do digital

O livro de Bernard Manin, *Princípios do governo representativo*, foi publicado em francês em 1995, no início mesmo dos

estudos sobre a crise dos partidos e dos sistemas partidários.¹ Atento a toda essa nova literatura, Manin procura demonstrar, no entanto, que esses fenômenos não devem levar à conclusão de que a democracia está em crise. Não apenas porque, na sua visão — expressa especialmente no posfácio que escreveu para a segunda edição do livro, em 2012 —, os partidos continuam ocupando o mesmo espaço central e estruturador de antes. Também porque, mesmo que uma crise estivesse em curso (e ele é cético a respeito), no esquema teórico de seu livro tal crise diria respeito a uma das *formas* do que ele chama de governo representativo — crise da forma que denomina “democracia do público”, no caso — e não uma crise do *governo representativo* enquanto tal.²

Segundo Manin, o “governo representativo” é maleável, adaptável conforme a situação. Inventado no final do século XVIII por “aristocratas ingleses, proprietários fundiários americanos e homens de lei franceses”,³ essa forma de organização institucional se adaptou, cem anos depois, ao surgimento dos partidos de massa, dando origem ao que Manin chamou de “democracia dos partidos”. Quase outros cem anos mais tarde, por volta da década de 1960, essa forma do governo representativo teria passado por nova transformação, dando origem ao que Manin denomina “democracia do público” (ou “democracia da audiência”, como diz a tradução para o inglês).

Na forma “democracia dos partidos”, as divisões do eleitorado — e suas preferências eleitorais, portanto — eram diretamente explicáveis por características sociais, econômicas e culturais do eleitorado, por divisões de classe, em suma. A partir da década de 1960, as preferências e escolhas passaram a variar entre eleições de maneiras que não correspondiam mais a essas características antes bem estabelecidas. A personalização do voto — em lugar do voto em um partido e/ou em um programa — passou a ser determinante. Essa transformação,

entretanto, não significou, segundo Manin, um declínio do poder dos partidos, que continuaram a estruturar a política. O que ocorreu a partir daí foi que os partidos se tornaram tendencialmente “instrumentos a serviço de um líder”.⁴

Essa é a nova forma de democracia, a nova forma de governo representativo que Manin chama de “democracia do público” e que, segundo ele, se mantém até o momento atual. É uma forma de governo representativo marcada por duas principais novidades características. A primeira delas é a das (então) novas técnicas de comunicação, o rádio e a televisão, que permitem que candidaturas sejam conhecidas sem a mediação das organizações políticas formais.⁵ Comparados aos processos de seleção dos partidos de massa, com seus militantes e com sua hierarquia, os (então) novos meios de comunicação de massa selecionam um tipo novo de qualidades e de talentos, bem como figuras midiáticas, que dominam as técnicas de comunicação. Isso faz com que a democracia do público seja o “reino do expert em comunicação”.⁶

A segunda característica marcante dessa forma de democracia é a transformação do alcance da ação estatal, que aumentou consideravelmente, em especial do ponto de vista econômico e jurídico. Segundo Manin, isso teria tornado o detalhamento de programas políticos inviável e contraproducente. A multiplicação de atores e domínios de ação corresponde também a uma maior imprevisibilidade do ambiente em que as decisões são tomadas.⁷ Esse desenvolvimento permitiria ver o “expert em comunicação” como uma resposta possível a esse novo estado de coisas.⁸

Nesse contexto, “democracia do público” significa, antes de tudo, um público (um eleitorado) essencialmente *reativo*, um “público que reage aos termos que lhe são expostos e propostos na cena pública”.⁹ O efeito disso sobre as candidaturas pode ser visto na comparação com a forma anterior de democracia

tal como pensada por Manin, a democracia dos partidos. Na democracia dos partidos, não é necessário buscar a clivagem do eleitorado que será mobilizada na campanha: ela está dada, é uma clivagem de classe, uma clivagem dada, simultaneamente econômica, social e cultural. Na democracia do público, ao contrário, a clivagem tem de ser buscada, ela não está dada de antemão. São as candidaturas que propõem ao eleitorado as clivagens em que ele se reconhecerá e se organizará em termos eleitorais. É um processo de tentativa e erro, com larga utilização de pesquisas de opinião, em que ajustes vão sendo realizados à medida que o público reage a essas propostas de divisão e de organização do eleitorado.¹⁰

De um lado, trata-se do pressuposto clássico de determinadas correntes da ciência política de que a eleição é organizada de cima para baixo, de que o eleitorado responde ao enquadramento prévio do espaço lógico da escolha eleitoral por parte do sistema político. Ou seja, pressupõe-se uma sociedade relativamente amorfa com respeito a suas próprias divisões. Ao mesmo tempo, de outro lado, Manin realiza uma relevante abertura para a ideia de que há propostas de clivagens que não funcionam, de que é um processo de tentativa e erro e que, portanto, as propostas de clivagens têm de corresponder — de alguma forma, em algum nível — a divisões previamente existentes na sociedade, mesmo que apenas de maneira potencial.

Isso é tanto mais importante porque o fato de o eleitorado ser, na caracterização de Manin, reativo, não significa de maneira alguma que ele seja por isso “passivo”, antes pelo contrário. Esse é um dos pontos de objeção de Manin a Joseph Schumpeter, que, segundo ele, não só desconsidera o papel fundamental desempenhado pela eleição a intervalos regulares,¹¹ como acaba por “reduzir a democracia representativa à seleção concorrencial de governantes e afastar como mitológica ou ideológica a ideia de uma influência dos eleitores sobre

o conteúdo das decisões tomadas por tais governantes”.¹² Essa reatividade — que é também influência sobre conteúdos das decisões políticas tomadas por governantes, como pudemos ler — não se dá apenas no momento da eleição e não é também apenas retrospectiva, já que significa uma antecipação do momento eleitoral a que governantes têm de estar atentos. Essa reatividade que é influência é, portanto, contínua, permanente. No caso de Manin, essa reatividade se concentra na ideia de “juízo público”.¹³

Apresentado o problema a partir da “democracia do público”, torna-se possível pensar o consentimento¹⁴ em termos de adesão não apenas a um governo específico, mas, sobretudo, a determinada maneira de dividir a sociedade. Assim, torna-se possível explicar, por exemplo, por que Manin vincula tão claramente o consentimento à regra de maioria, em lugar de tomar a noção em sua formulação clássica mais abrangente, em que o consentimento é concedido ao próprio pacto social — o que significa dizer: ao poder, ou, mais contemporaneamente, à legitimidade e mesmo à dominação —, e não a suas divisões posteriores. Nesse sentido, momentos de crise para Manin são momentos de crise do que ele chama de “laço representativo”¹⁵ — que, para todos os efeitos, substitui e sintetiza nessa posição o que se chama habitualmente de “representação política”. Quando uma forma do governo representativo é deixada para trás em favor de uma nova, o que se altera é o laço representativo, e não o governo representativo enquanto tal.¹⁶

O resultado mais importante aqui é justamente que essa nova forma de democracia, a democracia do público, propõe uma nova forma de *representação*, muito mais personalista e personalizada, em que quem representa é também quem age no sentido de propor um princípio de divisão, de participação da sociedade, do eleitorado, do mundo, no limite:

Vemos assim se desenhar uma forma nova de representação. O representante é um ator que toma a iniciativa de propor um princípio de divisão. Ele procura descobrir as clivagens do eleitorado e leva algumas delas para a cena pública. Com isso, encena e dá acesso à clareza da consciência pública tal ou qual clivagem social: representa na medida em que dá presença a uma clivagem não evidente da sociedade. O representante não é aqui, portanto, um porta-voz. Dada a personalização da escolha eleitoral, ele é, de uma parte, um *trustee*. Mas ele é também um *ator* relativamente autônomo, que busca e revela clivagens.¹⁷

Esse processo de formação de uma esfera pública política tal como descrito por Manin para os países centrais democráticos não aconteceu dessa forma no Brasil. Muito pelo contrário, é como se a redemocratização brasileira da Constituição de 1988 tivesse envolvido simultaneamente todos os tipos ideais que Manin descreve como formas do “governo representativo” — o parlamentarismo (entendido em termos de um governo de “notáveis”), a democracia dos partidos e a democracia do público. Afinal, tivemos coronelismo, partido de massa e escolha de elites políticas com base no desempenho no rádio e na TV, tudo ao mesmo tempo. No entanto, entendo que pode ser útil e esclarecedor tentar utilizar algumas das caracterizações, esquemas e tipos ideais de Manin para tentar entender como esses processos se deram entre nós. E, talvez, tentar entender a situação atual em uma perspectiva que não fique restrita ao caso brasileiro, ainda que ele permaneça o ponto de fuga das análises.

Para começar, o processo de uniformização e oligopolização da mídia, que tornou relativamente unitária e uniforme a esfera política no Brasil, não se deu inteiramente sob a democracia, mas antes sob a ditadura militar de 1964.¹⁸ Ou seja, na

caracterização de Manin, no momento da massificação efetiva dos novos meios de comunicação, não tivemos no Brasil nem “público” nem “democracia”. Sentimos até hoje as repercussões nefastas da ditadura de 1964 também sob esse aspecto. Sobretudo, os partidos brasileiros da redemocratização, em sua grande maioria, não têm e não tiveram escolas, jornais, rádios, TVs. Nasceram já sob a égide da “democracia do público”, porém sem que uma “democracia dos partidos” tivesse se enraizado nos moldes descritos por Manin. Mas não só isso: se olharmos para a etapa seguinte, veremos facilmente que, desde o advento da internet, o Brasil sempre foi um dos países que se destacaram na utilização de plataformas digitais de maneira geral.

Isso é especialmente importante porque Manin caracteriza como “decisivo” para a formação da opinião sob a “democracia do público” o fato de os canais de informação e de formação da opinião, ao contrário do que acontecia na democracia dos partidos, não serem “estruturalmente ligados às organizações que agregam votos em eleições, os partidos”.¹⁹ Essa nova configuração se deve em grande parte ao domínio de certa concepção-padrão de jornalismo, comprometida com determinado entendimento da objetividade dos fatos e com a separação rígida entre informação e opinião. Foi essa constituição não partidária do rádio e da televisão após o fim da Segunda Guerra Mundial que determinou sua posição e seu papel em disputas eleitorais. E foi essa “neutralização relativa da mídia frente às clivagens partidárias” que permitiu que indivíduos formassem suas opiniões políticas a partir de fontes de informação comuns, e não a partir de fontes de informação que coincidissem com suas preferências político-partidárias.

De acordo com Manin, todo o arranjo da democracia do público depende, em última instância, de que os “canais pelos quais se forma a opinião pública política” sejam “relativamente neutros com respeito às clivagens entre os partidos em

competição pelo poder".²⁰ Se assim é, entretanto, o foco primordial para entender a situação atual não pode ser outro senão o do entendimento desses próprios "canais", já que é essa premissa que está em questão no momento presente. Sob esse aspecto, Manin não segue os princípios estruturantes de seu próprio livro. Porque recorrer a estudos empíricos que mostram que os partidos continuam tendo o papel central que sempre tiveram desde a "democracia dos partidos" ignora o fato de que esse papel é simplesmente formal se a condição para que ele seja exercido não mais existe. E acho que é exatamente esse o caso.

Esse estado de coisas deveria ter bastado — ou pelo menos assim me parece — para que um teórico da estatura de Manin chegasse pelo menos à conclusão de que, no esquema que ele próprio propôs, seria preciso pensar uma nova figura do governo representativo. Sendo essa uma forma democrática — também isso deixou de ser evidente —, teríamos de falar, digamos, de uma "democracia do digital". Não foi isso o que Manin concluiu. Mas é o que, acho, deveria ter concluído.²¹

Essa conclusão a que chego tem também uma consequência teórica e prática da maior relevância e urgência: é ilusório — e praticamente temerário, já que põe em risco a própria democracia — continuar a entender a situação atual como se as instituições estivessem funcionando como a teoria diz que funcionam. Como é igualmente temerário diagnosticar que esse modo de funcionamento se perdeu e que é preciso voltar a esses modelos de democracia que perderam seu lastro social. Não importa como se entenda esse lastro.

Essa conclusão — que é também um novo ponto de partida — exige que, no estudo da política — seja do comportamento eleitoral, seja de partidos ou de instituições políticas de maneira mais ampla —, a atenção tem de estar voltada na mesma medida tanto para a infraestrutura de formação da opinião quanto

para o próprio funcionamento institucional. Por isso, é fundamental concentrar esforços no exame das condições estruturais em que se formam esferas públicas na atualidade.

De um lado, é preciso considerar que a sociabilidade digital impõe um desafio de grande magnitude para posições liberais clássicas, elas mesmas calcadas em uma analogia já precária entre competição de mercado e competição de ideias em livre circulação na esfera pública — a despeito de como se qualifique esse "livre" no caso de uma esfera pública controlada por oligopólios de comunicação. O princípio original diz que a livre circulação de ideias leva necessariamente à prevalência de um conjunto de princípios "os mais razoáveis", já que resultantes de um controle público racional, tal como se pode encontrar exemplarmente, por exemplo, em *Sobre a liberdade*, de John Stuart Mill. Quando as instâncias de consagração da racionalidade nesse sentido liberal da expressão deixam de ter o monopólio do acesso à esfera pública, cai igualmente por terra essa premissa, por mais viciada que já fosse sem a fragmentação e a pluralização próprias do mundo digital.

De fato, o neoliberalismo em sua fase progressista, nas décadas de 1990 e 2000, já tinha realizado ajustes nessa concepção, ao incorporar, por exemplo, o combate ao chamado "discurso de ódio", mas, até onde sei, essa restrição não foi devidamente pensada de maneira a poder ser acomodada em um quadro liberal clássico.²² A nova sociabilidade digital apenas exacerbou essa dificuldade. Ao mesmo tempo, também ainda antes da revolução digital, já tinham sido levantadas objeções relevantes não só ao quadro liberal clássico, mas também à tentativa de sua apropriação teórico-crítica por Jürgen Habermas, como foi o caso da formulação dada por Nancy Fraser à noção de "contrapúblicos".²³

De outro lado, um necessário ponto de partida para considerar a configuração de esferas públicas na atualidade exige

entender redes sociais e plataformas digitais, que ocupam um espaço central na definição dessa noção. Não há dúvida de que redes sociais e plataformas digitais funcionam e tendem a funcionar em regime de oligopólio. Mas trata-se já de um oligopólio “agregador de opiniões” — “agregador e estimulador da formação de bolhas”, seria igualmente possível dizer —, e não um oligopólio da *informação e da formação da opinião*, modelo que vigorou, grosso modo, na segunda metade do século XX. Mais que isso ainda, a arquitetura das plataformas e redes é feita para impedir o surgimento de um oligopólio da formação da opinião, justamente: tal oligopólio significaria o fim da disputa comercial pela atenção dos consumidores. Fica claro, portanto, que o surgimento de plataformas se deu *contra* o oligopólio da informação e da formação da opinião existente anteriormente, da “grande mídia”, da “mídia tradicional”, da “mídia mainstream”. Assim, a discussão sobre a regulamentação de plataformas e de redes é por certo central, mas não atinge o cerne do negócio, a lógica da atenção.²⁴

Sem pôr em questão e sem enfrentar a lógica do algoritmo da atenção, não faz sentido imaginar que plataformas digitais serão capazes de participar de algo como um novo pacto de relativa neutralidade com respeito às clivagens entre os partidos em competição pelo poder, como diria Manin. Não se trata apenas de constatar que um confrontamento das plataformas nesses termos não está no horizonte. Trata-se antes de constatar a impossibilidade estrutural de um retorno a tal situação de “relativa neutralidade”. Não apenas a arquitetura de plataformas e redes ela mesma impede um pacto desse tipo: levam antes na direção de como se formava a opinião no modelo da “democracia dos partidos” — só que sem “partidos de massa” agora — do que na direção de uma “democracia do público” renovada.²⁵

No mesmo sentido desestabilizador das bases da forma “democracia do público” está a relação entre integrantes da política

institucional e os partidos. Como argumentei no capítulo I com apoio nas investigações de Peter Mair, partidos se tornaram apenas um dos pontos de apoio da atuação de seus expoentes e líderes. No ambiente das plataformas e redes sociais, a personalização característica da “democracia do público” tende a se exacerbar. Sob esse aspecto, a situação atual passa a se parecer com a atuação de “notáveis” própria do que Manin chama de “parlamentarismo”, identificado por ele como a primeira figura do governo representativo, com a agravante, como veremos no caso dos “partidos digitais”, de produzir a concentração de poder em torno da figura do “líder”.

Ainda assim, mesmo levando em conta essas mudanças estruturais, é necessário preservar a preciosa síntese de Manin de uma série de investigações empíricas: é papel primordial da liderança política propor clivagens ao eleitorado. Se pudermos estabelecer ao menos as balizas dessas mudanças, será possível pensar de que maneira esse mecanismo opera nas circunstâncias de uma esfera pública marcada por uma peculiar simbiose entre mídia tradicional e mainstream e mídias digitais. Porque a posição da mídia tradicional e mainstream como estruturante da política — no sentido que lhe deu Manin — ficou clara justamente no momento de sua crise, coincidente com a “crise da democracia”. Foi nesse momento que se evidenciou seu papel de *gatekeeper* da esfera pública e, em consequência, de guardião do acesso ao sistema político. A crise da mídia tradicional e mainstream coincide com o surgimento, a difusão e a consolidação das redes sociais, cuja lógica de funcionamento e apropriação por quem dela se utiliza permitiram “contornar” esses *gatekeepers*, possibilitando o surgimento de movimentos digitais capazes, inclusive, de decidir resultados eleitorais.

II. O predomínio das analíticas e das métricas

O diagnóstico de uma democracia do digital depende fundamentalmente de localizar dentro dela a posição estratégica ocupada pela esfera pública. Mas não de maneira genérica, senão com atenção especial para a posição que nela ocupam as mídias. Não se trata aqui de reduzir a discussão simplesmente a uma suposta dominância da internet, das redes sociais e das plataformas digitais. A relação entre a mídia digital e a mídia chamada tradicional e mainstream é muito mais complexa do que isso, como se pretende mostrar nesta seção. Mais do que isso ainda, de modo algum se pretende aqui superdimensionar a importância das transformações digitais, como se fosse a causa de todas as transformações sociais relevantes da atualidade.²⁶ Trata-se tão somente de reconhecer que a revolução digital tem consequências estruturantes para a maneira de perceber e de fazer política.

Reconhecer a centralidade do papel das mídias não significa, entretanto, dizer que a mídia digital destruiu ou tornou irrelevante a mídia tradicional ou mainstream. Pelo contrário, é necessário compreender mídia digital e mídia tradicional em conjunto. Mais do que isso, é preciso entender como a conjunção das diferentes mídias opera de maneira diferente conforme o objeto seja o mercado, a cultura, a política. Ainda assim, Schroeder assinala corretamente que, da “perspectiva da mudança social de longo prazo, as consequências mais importantes da internet estão relacionadas à política”.²⁷

Essa posição estruturante das mídias em relação à política não se estabelece, portanto, como predominância da mídia digital enquanto tal em relação às demais, mas como predominância da lógica subjacente às transformações digitais. Sob esse aspecto, o recurso a David Karpf é aqui bastante útil.²⁸ Ainda que seu foco esteja no que denomina “ativismo

analítico” (no sentido das “analíticas” como uso focado das “métricas”)²⁹ e, portanto, em campanhas (incluindo campanhas políticas), Karpf recorre sempre a analogias no campo da mídia que são úteis para a circunscrição da lógica da visibilidade própria das esferas públicas.

As pesquisas de Karpf mostram uma combinação em proporções diferentes de mídia digital e de mídia tradicional ou mainstream, conforme o objeto em questão. Nesse sentido, também não se trata simplesmente da hegemonia das métricas sobre a lógica de curadoria ou de edição, mas combinações desses elementos. Comparando etnografias do campo do jornalismo, Karpf mostra a diferença entre estudos do final da década de 1970 e da década de 2010. Nos anos 1970, por exemplo, jornalistas prestavam pouca atenção no público, do qual, aliás, tinham pouco conhecimento. Editorias e conselhos editoriais tinham vagas noções das demandas do público, de modo que “pressupunham que as preferências do público se aproximavam das suas próprias”.

A partir dos anos 2000, o processo editorial se altera com novos mecanismos de quantificação da audiência, especialmente com a introdução das métricas digitais. Nesse momento, as analíticas digitais se tornaram “um objeto estratégico” no âmbito das decisões editoriais: “Temos agora ferramentas para acessar de maneira granular preferências do público, e essas preferências, por sua vez, exercem uma pressão sobre juízos editoriais e avaliação do que deve ser notícia. O resultado é frequentemente depreciado como ‘clickbait’”.³⁰

Ao longo da primeira metade da década de 2010, Karpf notou uma mudança significativa no ambiente do ativismo digital, diagnosticando um deslocamento de foco da mobilização para a persuasão política. O caso que Karpf considera como paradigmático dessa mudança é o surgimento do Upworthy, que ele examina em detalhe. Suas conclusões mais gerais dizem

que os novos processos de decisão combinam orientações humanas e provenientes de analíticas. Utilizando testes de tipo A/B, mesmo em versões altamente sofisticadas,³¹ o site então promove o conteúdo por meio do Facebook, e-mail, Twitter, Tumblr e do site Upworthy, baseando-se em métricas analíticas únicas que priorizam o engajamento e o compartilhamento de usuários relativamente a visitantes únicos e *pageviews*.³²

Esses desenvolvimentos apontam para mudanças nas condições de exercício do papel fundamental atribuído por Manin à liderança política na democracia do público, a saber, o de propor clivagens ao eleitorado. Não se trata de mera mudança de técnica, das pesquisas de opinião que dominaram o cenário político desde a década de 1950 para métricas analíticas construídas a partir de testes de tipo A/B a partir dos anos 2000. Trata-se antes de uma combinação desses elementos. Ainda assim, é fato que a própria lógica de atenção e de engajamento exigida pelas novas técnicas produz uma mudança estrutural na relação entre a liderança política e o eleitorado. E é esse o ponto que interessa mais de perto aqui.

Interessa, em primeiro lugar, tanto pelo que se sabe como por aquilo que ainda não sabemos. Está estabelecido que a disputa pela atenção tem de se guiar por analíticas e métricas em um ambiente de “oferta” extremamente amplo e diversificado. No entanto, como bem se pergunta Schroeder, será que as

analíticas moldam as notícias que são lidas ou vistas? Até o momento, existe pouca pesquisa sobre as consequências dessa mudança, e um problema é que as pessoas não utilizam unicamente fontes online para notícias (assim como as notícias não têm origem exclusivamente na mídia online). Outra complicação é a mudança para o consumo móvel de notícias, sobre o qual, novamente, pouco se sabe. Ainda assim, é claro que organizações de notícias usam

crescentemente analíticas para atrair o interesse do público e essa quantificação do interesse molda as notícias que se tornam visíveis.³³

Qualquer tentativa de aplicar esse conhecimento disponível à compreensão da competição por atenção, da mobilização e da persuasão no campo da política envolve a compreensão de sua relação com projetos autoritários em sentido amplo, abrangendo não apenas o que a vertente “crise da democracia” denomina “populismo”, mas também o caso da China. Aqui, uma vez mais, nota-se a vantagem do estudo de Schroeder, que realizou uma comparação em duplas, com Estados Unidos e Suécia, de um lado, e China e Índia, de outro. O estudo também inclui a China sob a noção de “populismo”, já que a pesquisa se concentra sobre movimentos nacionalistas radicais naquele país, que mostram afinidades com outras formas de populismo em outros lugares.

Com essa perspectiva, Schroeder pode superar uma oposição muito corrente entre “mídia digital”, de um lado, e “forças populistas”, de outro. Como mostra em seu livro,

o sucesso de populistas, sua força nos quatro casos examinados, não teria sido alcançado sem as mídias digitais não mainstream. Posto de maneira diferente, populistas obtiveram uma vantagem desproporcional com as mídias digitais em comparação com como se saem nas mídias tradicionais e em comparação com a maneira pela qual partidos ou movimentos políticos estabelecidos utilizam as mídias.³⁴

Tendo como pano de fundo o pilar da “democracia do público” identificado por Manin nos oligopólios da comunicação de massas orientada pelo novo jornalismo pós-1945, torna-se assim possível estabelecer um contraponto instrutivo a partir do

trabalho clássico de Markus Prior,³⁵ que, aliás, apresenta uma descrição e uma explicação bastante compatíveis com o quadro esboçado por Manin no que se refere às décadas de 1960 e 1970. Prior mostra que, nesse período, a TV teria de alguma maneira equalizado o acesso a informações políticas, já que não exigia habilidades de leitura e era consumida de modo relativamente homogêneo por todas as parcelas da população, nos mesmos horários e nos mesmos poucos canais disponíveis, que concentravam quase todo o conjunto da audiência.

Esse quadro começa a mudar rapidamente nos Estados Unidos com a expansão da TV a cabo, especialmente nos anos 1980. A mudança é ainda mais drástica com a rápida difusão da internet, a partir dos anos 1990, e do streaming, a partir dos anos 2000 — uma expansão que passa a ter, então, caráter global. Nessa transição, Prior consagra especial atenção àquelas pessoas que antes, quando não tinham opções, demonstravam interesse suficiente para assistir aos programas de notícias, mas que, diante da possibilidade de escolher entretenimento, não mantêm a mesma decisão.³⁶ Os efeitos dessas transformações são vitais para a compreensão do comportamento eleitoral e político, de maneira mais ampla, já que é conhecida a correlação entre interesse político e escolaridade, de um lado, e conhecimento político e comparecimento para votar, de outro, por exemplo.³⁷ Foi nesse novo quadro que Prior produziu o experimento *low choice/high choice*, baseado em um *survey* realizado em 2002, em que 2358 pessoas, escolhidas aleatoriamente, respondiam de início à seguinte pergunta: “Se você tivesse tempo livre às seis da noite e os seguintes programas estivessem disponíveis, a qual você assistiria, ou, então, você não assistiria à TV?”. Na sequência, foram apresentadas, de maneira aleatória, uma de duas condições, com o objetivo de mimetizar as escolhas que as pessoas teriam em um ambiente de TV aberta ou de TV a cabo.³⁸

São muitos os resultados interessantes da pesquisa de Prior. Cabe destacar aqui apenas os que dizem mais diretamente respeito às transformações em relação ao quadro inicial de que partimos, o da “democracia do público” tal como proposta por Bernard Manin.³⁹ Em primeiro lugar, os estudos de Prior confirmam hipóteses formuladas por Philip E. Converse no início dos anos 1960 — e convergentes com o pilar da “democracia do público” de Manin —, de que a TV tornaria setores menos educados da população estadunidense mais informados sobre política. E sem que isso alterasse os níveis de informação política dos setores mais educados.⁴⁰

Por contraste com essa situação pregressa, para grupos expressivos da população estadunidense, a ampliação do raio de escolha de mídias e de opções de fontes de informação levou a graus mais rarefeitos de informação política, e não a um maior grau de informação.⁴¹ É também nesse mesmo capítulo 4 de seu livro que Prior mostra como essas transformações acarretaram mudanças importantes do público votante. Aumentou a proporção de votantes com alto interesse no noticiário político e diminuiu a porcentagem de votantes menos interessados no noticiário político — que demonstram preferência por entretenimento em lugar de informação, basicamente.

Traduzido nos termos da argumentação aqui apresentada e guardadas as devidas diferenças entre um país em que o voto é facultativo e países onde o voto é obrigatório, é possível dizer que as novas mídias — e a mídia digital, em especial — tendem a estruturar a experiência política em dois polos: o desengajamento, de um lado, e o hiperengajamento, de outro.⁴² O interessante é que, combinado com a lógica das analíticas e das métricas do mundo digital, esse desenvolvimento conduzirá a uma reestruturação da política que tende a sobrevalorizar e mesmo a conceder preferência ao hiperengajamento,

com consequências diretas sobre as dinâmicas institucionais, sobre a organização dos partidos, sobre as campanhas eleitorais e sobre o funcionamento dos governos.

Ralf Schroeder reforça esses achados de Prior ao associá-los a outra pesquisa, realizada por Oscar Westlund e Lennart Weibull, que chegou a resultados semelhantes, porém ressaltando não apenas um relevante componente geracional, mas uma diferença importante no ambiente de mídia, já que a Suécia tem como referência principal os jornais, enquanto os Estados Unidos são muito mais centrados na TV.⁴³ Tomados em conjunto, esses estudos reforçam a conclusão de que, quanto maior a escolha, menor o interesse em política por parte de parcelas importantes da população. O questionamento seguinte que se faz Schroeder é sobre as consequências disso em termos dos “perigos e oportunidades” trazidos por essas transformações, pela mídia digital em especial. E a sua resposta é a seguinte:

O principal perigo é que as elites reajam mais a sinais da mídia do que a demandas não mediadas, tornando-se enviesadas em relação aos inputs potencialmente mais deturpados da mídia digital. A principal oportunidade é de mudar a agenda para mais perto de questões ou grupos que foram negligenciados pela mídia tradicional, incluindo desafiantes ou outsiders de todos os matizes.⁴⁴

Como se sabe, ambas as coisas se deram, tanto a prevalência do hiperengajamento na determinação dos rumos da política quanto o favorecimento de pautas e de grupos outsiders, marginalizados pela mídia tradicional. Esse será também o ponto de partida da próxima seção deste capítulo, quando estaremos em questão a forma partido, o “partido digital”, em especial. Tomando como ponto de partida análises de Paolo Gerbaudo, veremos de maneira mais precisa como o ambiente digital

favoreceu outsiders. Não exatamente “de todos os matizes”, como diz o texto de Schroeder que acaba de ser citado, mas de alguns matizes determinados.⁴⁵

Não cabe discutir aqui até que ponto a lógica das analíticas e das métricas se impôs a diferentes domínios sociais, em que medida algoritmos substituíram ou tendem a substituir escolhas editoriais, políticas ou de outro tipo, produzindo novos mecanismos de hierarquização⁴⁶ — até porque, como já enfatizado, sabe-se relativamente pouco a respeito (ou, ao menos, é o meu caso). A questão aqui é pensar, em primeiro lugar, como determinadas utilizações da mídia digital permitiram “contornar” os *gatekeepers* do sistema político e da mídia tradicional e mainstream com vistas a assaltos ao sistema político tal como estabelecido; e o efeito estrutural que essa manobra produziu, que foi o de estabelecer oposições de caráter irreconciliável, dada a lógica mesma das métricas e do impulsionamento de conteúdo nas plataformas e redes sociais.

Sob esse aspecto, Ralf Schroeder é, uma vez mais, de grande ajuda. Ao analisar o papel destacado do Twitter como correia de transmissão para a visibilidade na mídia tradicional, Schroeder mostra de que forma isso se deu no caso da campanha de Donald Trump em 2016. O Twitter não teve papel decisivo na campanha eleitoral, mas sim nas primárias do Partido Republicano para a escolha de seu candidato, quando a pré-candidatura de Trump teve uma cobertura desproporcional em relação às demais segundo os padrões até então habituais do jornalismo político, porque,

comunicando-se via Twitter, Trump conseguiu contornar os *gatekeepers* convencionais de jornalistas e da TV e dos jornais mainstream porque estavam compelidos a cobrir suas visões em um ambiente competitivo baseado em cotas de audiência. Dito de outra maneira, Trump não falou

diretamente com seu público via Twitter — poucas pessoas estão no Twitter nos Estados Unidos. Mas ele pode contar com a mídia tradicional para difundir suas mensagens de mídia.⁴⁷

Se nos voltarmos para os efeitos mais diretos dessas transformações em termos de campanhas eleitorais e de comunicação entre governantes e governados (para falar nos termos de Manin, de que partimos aqui), veremos consequências de amplo alcance nos dois âmbitos. Veremos surgir a possibilidade de usar a segmentação e a customização de mensagens no sentido de enviar informações que, comparadas, seriam abertamente contraditórias.⁴⁸ Os oligopólios da informação e da formação da opinião que sustentavam o tipo que Manin chamou de “democracia do público” não permitiam utilizar essa estratégia de comunicação, justamente. Ao contrário, exigiam uma uniformização do discurso que permitia alcançar o tipo de arranjo político que dominou toda a segunda metade do século XX onde a democracia se instalou e durou.

No que se refere à eleição de 2018 no Brasil, recursos como esses foram largamente utilizados pelo então candidato Jair Bolsonaro. No capítulo 3, esse processo, no caso brasileiro, vai encontrar analogia, por exemplo, com o episódio do atentado à faca sofrido pelo candidato em 6 de setembro de 2018, que representou um reforço adicional a uma estratégia que já vinha sendo até então utilizada com sucesso, amplificando o efeito de cobertura midiática desproporcional.⁴⁹ Mas, antes disso, é necessário examinar em detalhe um último ponto cego do quadro que serviu de base inicial para a elaboração deste capítulo, aquele proposto por Bernard Manin. Falta examinar as formas organizativas adequadas a esse tipo de assalto ao modo de funcionamento do sistema político por via eleitoral. Consoante as considerações e os resultados do capítulo anterior,

falta ainda pensar nesse contexto o sentido e o significado de “partido” no momento atual.

III. Partidos, “partidos digitais”, “partidos plataforma”

Uma das muitas marcas características interessantes das análises de E. E. Schattschneider é seu ponto de partida, com o qual abre seu livro clássico: “Um partido político é uma tentativa organizada de tomar o controle do governo”.⁵⁰ Mais adiante no livro, Schattschneider apresenta a ideia em maior detalhe, explicando que um “partido político é antes de tudo uma tentativa organizada de ganhar poder. Poder é aqui definido como controle do governo”.⁵¹ Por isso, o método do partido, segundo Schattschneider, é primeiramente um “método pacífico. Os partidos não tomam o poder por um *coup d'état*”.⁵²

No quadro reconstruído até aqui, essa autêntica premissa de Schattschneider pressagia — seu livro foi publicado pela primeira vez em 1942, antes da expansão da televisão e do jornalismo baseado na rígida separação entre noticiário e opinião⁵³ — justamente a passagem, no pós-1945, do que Bernard Manin chamou de “democracia dos partidos” para a “democracia do público”. Porque até esse momento, até o declínio da “democracia dos partidos”, não havia apenas partidos que se consideravam em mera competição com os demais, que tinham como objetivo “tomar o controle do governo”, simplesmente. Até a década de 1950, havia partidos de grande expressão eleitoral que pretendiam tomar o poder em sentido muito diferente de apenas controlar o governo. Partidos para os quais eleições, governo e a institucionalidade estabelecida, de maneira mais ampla, eram apenas um meio para instaurar outra institucionalidade.

Foi apenas quando esse modelo de partido perdeu relevância eleitoral, quando foi publicamente contido segundo as regras

das democracias então existentes em seu objetivo de revogar a ordem vigente que se tornou possível caracterizar partidos tal como Schattschneider os caracterizou. E foi esse mundo partidário e eleitoral que se estabeleceu — com mudanças e variações, por certo — por algo como sete décadas. Foi aí que nasceu o “governo de partidos”, como diz o título do livro de Schattschneider.

A abordagem de Manin (que nem sequer menciona Schattschneider, aliás) parte de um conceito relativamente uniforme de partido, um conceito minimalista que trata essa forma de organização como correspondente, no tempo e no espaço, ao tipo ideal estabelecido por pensadores como Moisei Ostrógorski, Robert Michels ou Max Weber nas duas primeiras décadas do século XX. Apesar da definição restrita de Schattschneider quanto ao que deve ser considerado um “partido”, em nenhum momento ele perde de vista a multiplicidade de significados do termo. Muito menos considera que estudos comparativos devam ter por objetivo identificar e encontrar o que há de *comum* aos diferentes países. Nas suas palavras:

Pressupor que partidos franceses, ingleses, alemães e americanos poderiam ou deveriam se comportar como se fossem associações idênticas ou equivalentes passíveis de ser livremente substituídas umas pelas outras como blocos de cimento é bloquear as mais interessantes e sugestivas investigações a respeito da natureza dessas associações. Sómente quando se vê que partidos americanos são *diferentes* é que se torna provável ocorrer a alguém tentar explicar o caráter singular e especial do sistema.⁵⁴

Mais que isso ainda, Schattschneider coloca o estudo dos partidos no centro do estudo da política. Foi isso, acho, que acabou se perdendo em grande medida ao longo dos quase setenta

anos de “governo dos partidos”, que é o termo que ele emprega. A concentração no estudo das regras institucionais da política deixou em segundo plano o estudo dos partidos como organizações orientadas para a tomada do poder. Os partidos passaram a ser subsumidos na ideia mais geral de “sistemas partidários”.

É fundamental resgatar o impulso de Schattschneider de valorizar a diversidade organizacional dos partidos como elemento central de explicação da política na compreensão do momento atual. É o que pretendo esboçar nesta seção. Mas não sem antes considerar que um elemento fundamental do mundo pré-1945 se reapresentou, mesmo que sob cores diferentes, um elemento que desafia a premissa básica de Schattschneider: há de novo partidos eleitoralmente muito relevantes que não se orientam apenas para “controlar o governo”. Não só partidos, aliás, como pretendo mostrar. Também “movimentos orientados para a institucionalidade” — digamos assim — que não podem ser reduzidos a “grupos de pressão”, como diria Schattschneider, ou a “facções”, como diria Sartori em sua brilhante reconstrução do caminho que levou das “facções” aos “partidos”.⁵⁵

Nesse contexto, ainda que tenha certamente colaborado para a inflexão duradoura que passou a entender os partidos apenas em termos de “sistemas partidários”, o livro de Maurice Duverger de 1951, *Os partidos políticos*, guarda marcas do impulso que anima o esforço de um Schattschneider. Duverger insiste em ressaltar a necessidade de compreender as origens históricas e a diversidade organizativa dos partidos, ou seja, pretende entendê-los em sua especificidade. Na abertura de seu livro, lembra que, em 1850, não havia nenhum país do mundo, à exceção dos Estados Unidos, com partidos constituídos “no sentido moderno da palavra”; já em 1950 — quando escreve seu trabalho — Duverger nota que partidos nesse sentido “funcionam na maior parte das nações civilizadas, as outras

se esforçando para imitá-las". Ao se perguntar pela passagem de um sistema a outro, Duverger escreve: "A questão não é apenas da alcada da simples curiosidade histórica: assim como os homens levam por toda a sua vida as marcas de sua infância, assim os partidos sofrem profundamente a influência de suas origens".⁵⁶

Devidamente descontada a metáfora organicista, a afirmação não quer dizer que a origem deva ser absolutizada, ou que possa ou deva ainda ser mantida uma distinção como aquela entre origem "parlamentar e eleitoral" ou origem "externa" dos partidos, mesmo com todas as muitas ressalvas feitas pelo próprio Duverger à distinção que propôs.⁵⁷ Como bem argumenta em contrário Angelo Panebianco, a complexidade dos diferentes processos exigiria antes pensar conjuntamente essa ideia do modelo originário com os diferentes processos (e graus) de institucionalização.⁵⁸

Precisamos de tipologias de partidos para poder estabelecer comparações e construir explicações que tenham caráter de generalidade. Porém produzir uma tipologia não é ponto de chegada, mas de partida. Mais que isso ainda: propor uma tipologia não significa reduzir todas as formas existentes a um tipo único e uniforme de partido — o que entendo que é um pressuposto implícito ou explícito de grande parte das explicações disponíveis, como já indicado anteriormente.⁵⁹ Pelo contrário, como também já mencionado, a situação atual mostra que há uma competição entre formas possíveis de partido. Se queremos acompanhar o que está acontecendo, precisamos levar em conta essa diversidade e a estrutura dessa disputa.

Para isso, é preciso também buscar não apenas a perspectiva comparativa em termos sincrônico, mas, igualmente, alguma profundidade histórica. Essa perspectiva envolve algumas premissas, mesmo que seu desenvolvimento seja aqui apenas indicativo.⁶⁰ A primeira delas recomenda não tomar

por evidente a estabilidade institucional em um sentido preciso: sempre haverá outsiders em busca da disputa de poder, e essa disputa entre "estabelecidos e outsiders", no caso do sistema político, se dá sempre entre formas estabelecidas e formas novas de organização política, partidária em especial. A segunda premissa se apoia na ideia de que os resultados dessa disputa se mostraram muito variados desde fins do século XIX, incluindo momentos em que a democracia foi abolida — daí a enorme relevância de estudar tanto a Itália do período 1897-1942 quanto a Alemanha do período 1918-45 e o Japão do período 1890-1945, ou, em chave certamente diferente, casos como o do Brasil de 1945 a 1985.

Mas a enorme relevância de estudos comparativos com esses países nesses momentos de grave instabilidade e de passagem ao autoritarismo ou ao totalitarismo tem muito a ver também com o desenvolvimento realizado até aqui a partir do quadro teórico proposto por Manin. Há elementos na formação da opinião e da vontade políticas no momento atual que se aproximam fortemente desse momento que, na formulação típico-ideal de Manin, foi o da democracia dos partidos. E que, portanto, a ligação das possibilidades de regressão autoritária do presente com o passado se dá também sob esse aspecto decisivo.

É certo que o tumulto atual não pode ser inteiramente compreendido mediante a mera remissão a períodos como o do fascismo, do nazismo, ou mesmo da ditadura de 1964 no Brasil. Porque houve o período de hegemonia da "objetividade jornalística" e de uma esfera pública formal relativamente homogênea (como decorrência de sua lógica altamente seletiva e excludente, por certo), inclusive. Mas não é possível ignorar que elementos decisivos que levaram a regressões autoritárias na primeira metade do século XX se reprezentaram, ainda que de forma inteiramente nova, em novo patamar. Entre esses

elementos — com destaque para uma crise econômico-mundial aguda —, chamo aqui a atenção para aquele que organiza a vida política segundo “bolhas” ou “câmaras de eco”.

São movimentos intimamente ligados ao ressurgimento de movimentos, forças políticas e partidos eleitoralmente expressivos que não pautam sua ação pela institucionalidade democrática como um fim em si mesmo. É nesse sentido preciso, a meu ver, que é possível aproximar a “crise da democracia” atual da década de 1920, em particular em países como a Itália, a Alemanha, ou o Japão.⁶¹ É para trazer à tona uma disputa que tem suas raízes no desafio da institucionalidade mediante novas formas organizativas que abordo aqui o momento atual, tendo sempre em vista a premissa subjacente de que esse tipo de disputa é a regra e não a exceção quando se olha o processo em perspectiva histórica. Outsiders sempre desafiam a ordem estabelecida por meio de formas organizativas que igualmente desafiam as formas organizativas estabelecidas.

Desconsiderar premissas como essas é o que pode explicar, por exemplo, a relativa subteorização em relação ao tema “partidos” desde pelo menos a década de 1980. A relativa estabilidade das formas organizacionais do pós-1945 até a década de 2000 produziu a ilusão de que se trataria de um arranjo destinado a durar mais do que efetivamente durou. Também é essa a razão, imagino, para que seja dominante a ideia de uma volta às formas organizativas características desse período de quase sete décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Mesmo tendo sido subteorizada a diversidade organizativa e organizacional partidária no próprio período a que se pretende “voltar”. Mesmo não se tendo dado a devida atenção aos modos efetivos de operação dos partidos nesse período.

Para tentar esboçar um quadro da diversidade organizativa atual e suas consequências para as maneiras de pensar e de fazer política no momento presente, tomo como guia o livro de

Paolo Gerbaudo sobre o “partido digital”. Fazer isso significa começar do princípio, ou seja, das caracterizações clássicas de Max Weber e de Joseph Schumpeter do partido moderno, que se confunde com a figura do partido de massas. Mais precisamente, cabe lembrar que são duas as características fundamentais da forma partido a partir do momento em que se estabiliza segundo suas duas versões principais, tais como teorizadas por Duverger, a saber, o partido de quadros e o partido de massas:⁶² recrutamento formalmente voluntário e luta pela conquista do poder de Estado.

No final da década de 1980, Panebianco, tendo já em vista o declínio dos partidos de massa, sugere que o novo tipo seja designado como o do partido profissional-eleitoral,⁶³ que parece bastante mais adequado à forma partido que poderia corresponder à “democracia do público” tal como pensada por Manin. Para além disso, o ponto que interessa ressaltar aqui diz respeito ao que Panebianco considera como “desviante”: o carisma pessoal na organização partidária.⁶⁴ O caso desse tipo de partido me parece tanto mais relevante porque os movimentos e/ou partidos que ora procuram destruir a institucionalidade democrática têm em comum a característica de se reunirem em torno de um líder.

Seguindo o ensinamento de Max Weber, Angelo Panebianco duvida da persistência no tempo de um partido carismático, dadas as suas características insurrecional-revolucionárias, personalistas, de incerteza e instabilidade organizacional, de ausência de financiamento regular, de instabilidade do próprio carisma (que é permanentemente posto à prova).⁶⁵ Panebianco insiste no caráter “antissistema” do partido carismático, com suas demandas inegociáveis e tudo o mais. Ele entende que esse caráter é explicável “à luz de qualquer organização em sua fase inicial, de conquista de um *domain*, de uma parcela do mercado, às custas das organizações já estabelecidas”.⁶⁶

São muitas as razões pelas quais é importante utilizar aqui “antissistema” em lugar de expressões ainda mais vagas, das quais a de maior notoriedade talvez seja a de “antipolítica”. De saída, é preciso lembrar que “antipolítica” pode significar uma defesa da tecnocracia, por exemplo, que seria defendida nesse caso como antídoto à “política”, habitualmente identificada à política “politiqueira”. Em sentido contrário, posições antisistema ou antiestablishment não são antipolíticas, são contra a política tal como funciona. É o que podemos encontrar, por exemplo, na definição de Sartori: “Um partido pode ser definido como antissistema sempre que *enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe*”.⁶⁷

Dito isso, é possível que Panebianco tenha razão, é possível que a formação de partidos de tipo carismático se dê unicamente em vista de uma disputa de mercado, de uma disputa entre outsiders e estabelecidos — como diz o título do famoso livro de Norbert Elias —, pelos respectivos quinhões pensados como devidos. Como pode ser que movimentos políticos desse tipo acabem tendo de assumir formas mais próximas da burocrático-legal⁶⁸ ou da patrimonial⁶⁹ para não desaparecerem. Mas não estamos lá ainda, se for mesmo esse o caso. Ao contrário, estamos em um momento em que organizações afins a partidos carismáticos têm se multiplicado em várias partes.

Especialmente porque o “partido carismático” pode ser aproximado do “partido digital”, entendido aqui como organização própria de uma “democracia do digital”. O livro de Gerbaudo examina mais detidamente os exemplos dos Partidos Piratas de Suécia, Alemanha e Islândia, assim como os casos do 5 Estrelas italiano e do Unidos Podemos espanhol. As análises são estendidas para movimentos como o britânico Momentum e o França Insubmissa. E aqui está um dos momentos mais importantes da caracterização, já que diz respeito diretamente à peculiaridade do caso Bolsonaro, a meu ver.

Gerbaudo justifica a circunscrição de seu foco nos Partidos Piratas, no Movimento 5 Estrelas e no Podemos por terem sido criados já digitais, ao contrário de organizações fundadas antes da era digital e que buscam, posteriormente, adaptar-se a ela.⁷⁰ Esse tipo de formação propõe uma nova forma de fazer política, fundada na tecnologia digital. O que, ao mesmo tempo, faz com que se apresente como promotora de uma política mais democrática, mais transparente, mais autêntica.

Gerbaudo diz que o partido digital é um “partido plataforma” porque ele

mimetiza a lógica de companhias como Facebook e Amazon de integrar a lógica guiada por dados das redes sociais em sua própria estrutura de decisão; uma organização que promete usar a tecnologia digital para produzir uma nova democracia de base, mais aberta à sociedade civil e à intervenção ativa de cidadãos comuns. Ele tem “fome de dados” porque, tal qual corporações de internet, busca constantemente expandir suas bases de dados, a lista, ou “stack”, de contatos que controla. O partido digital é também um partido startup, que evoca “companhias unicórnio” como Uber, Deliveroo e Airbnb, partilhando de sua habilidade de crescer muito rapidamente.⁷¹

Há pelo menos um ponto aqui que me parece importante destacar e precisar e que entendo estar ausente do horizonte das análises de Gerbaudo. O que é compreensível, já que não diz respeito diretamente à organização política, mas de que é imperativo tratar quando o objetivo é inserir essas análises no contexto mais amplo da era digital. Porque, em todos os domínios, a expansão das bases de dados está ligada não apenas a chamar a atenção, mas a moldar a atenção. Nesse sentido, ao mimetizar a maneira de operar de plataformas e de mídias

sociais, também é necessário pensar de que maneira os partidos digitais entram nessa disputa que, no caso mais imediato do mercado, envolve desde perfis de crédito e venda direta de produtos até medição de habilidades formais e perfis psicológicos para vagas de emprego.⁷²

Acontece também que essa qualificação da discussão é hoje mais um horizonte de pesquisa do que resultado de investigações com resultados já disponíveis. Sobretudo, trata-se de um horizonte de trabalho que só se mostrará frutífero se a tendência à digitalização da vida política se mantiver, que é a tendência para a qual apontam todos os desenvolvimentos realizados aqui. Nesse sentido, o trabalho de Gerbaudo é pioneiro e inovador, buscando fundamentar essa tendência.

Como se pode constatar em sua argumentação a respeito:

O partido digital, ou, alternativamente, o “partido plataforma” — para indicar sua adoção da lógica de plataforma das mídias sociais — é, para a atual era informacional de redes onipresentes, mídias sociais e aplicativos para smartphones, o que o partido de massas foi para a era industrial ou o que o cinicamente profissionalizado “partido televisão” foi durante o período pós-Guerra Fria de alto neoliberalismo. Esse tipo de partido emergente integra dentro de si novas formas de comunicação e de organização introduzidas pelos oligopólios de Big Data, explorando aparelhos, serviços, aplicativos que se tornaram a marca mais reconhecível do período atual, das mídias sociais como Facebook ou Twitter até os aplicativos de mensagens como WhatsApp ou Telegram.⁷³

Já foi mencionada a questão do “partido TV” e sua proximidade com o que Bernard Manin denominou “democracia do público”. Naquele contexto, foi necessário levantar o problema:

será que o partido TV, o partido correspondente à “democracia do público”, pode realmente manter a mesma forma do partido da “democracia de massas”, sem que uma alteração tão decisiva nas suas condições estruturais se reflita na sua organização? Como se vê, essa é uma questão ampla, que se refere à questão ainda mais ampla da uniformidade no uso do conceito de “partido”. Entendo que Gerbaudo também vê a necessidade de fazer a distinção entre as duas formas, relativas a dois momentos distintos do século XX.

Dito isso, o trecho citado mostra que Gerbaudo tende a identificar as duas expressões, “partido digital” e “partido plataforma”. E, no entanto, entendo que o momento atual exige justamente a distinção entre essas duas formas. É isso o que buscarei fazer até o final do capítulo, sempre me valendo das análises de Gerbaudo para tentar indicar que, na sequência deste livro, pensarei em especial o caso de Bolsonaro e do bolsonarismo em termos de “partido digital”.

A argumentação de Gerbaudo me parece muito convincente quando se trata de descrever um partido como o 5 Estrelas italiano em termos de um partido plataforma. No entanto, entendo ser possível manter a expressão “partido digital” para aquela forma de movimento e de organização com expressão eleitoral que “hackeia” partidos existentes, sem fundar um partido ou se fundir a um partido existente. Porque se baseia em uma mobilização permanente, não pode se institucionalizar no sentido tradicional da expressão. Daí serem partidos que hackeiam, que parasitam partidos institucionalizados. Em sentidos bastante diferentes, esse é o caso do trumpismo, nos Estados Unidos, e do bolsonarismo, no Brasil. Mas poderia também caracterizar iniciativas como as da França Insubmissa, ou mesmo do Momentum britânico, mesmo que não tenham chegado ao poder.

Mais do que isso ainda, entendo que, ao contrário do “partido digital” — tal como o circunscrevo aqui —, o tipo “partido

plataforma” tende à institucionalização. Assim como entendo que, mesmo quando o partido digital se instala no interior de uma estrutura partidária já existente e, nessa medida, institucionaliza-se, não funciona da mesma maneira que um partido plataforma — muito menos como um partido tradicional, não digital —, nos termos em que Gerbaudo pensou esse tipo de organização, que, na sua interpretação, tem no Partido Pirata alemão, no 5 Estrelas italiano e no Unidos Podemos espanhol os seus casos exemplares.

Como mencionado na introdução, novos agrupamentos políticos de base que têm como modelo movimentos sociais desafiam os partidos existentes de diferentes maneiras, estabelecendo com eles arranjos igualmente diferentes, dependendo do objetivo. O objetivo pode ser desmantelar o sistema político tal como está organizado e, atingido ou não esse objetivo em sua integralidade, o novo agrupamento se institucionaliza e passa a operar em uma nova correlação de forças. O objetivo pode ser tomar um partido existente, mas, se isso não acontece integralmente, diferentes arranjos conflituosos se estabelecem, desde a competição aberta até a simbiose adversário-parceiro, em que um lado desafia o outro permanentemente, mas sem capacidade de conquista. O que importa ressaltar é que, em todos os casos, as novas formas de organização são de base digital.

Essa movimentação por certo envolve uma reação social não apenas aos resultados cada vez mais desiguais da globalização, mas igualmente ao processo concomitante de “cartelização” do sistema partidário identificada por Katz e Mair em meados dos anos 1990, cujo resultado mais importante é a tendência de que partidos viessem a se tornar parte do próprio aparato de Estado, em lugar de dispositivo de conexão entre a sociedade civil e o Estado.⁷⁴ Mas essa reação, esse desafio ao modelo cartelizado — tão típico do auge do neoliberalismo — por parte

de forças sociais não se fez apenas por agrupamentos que tinham por objetivo um aprofundamento da democracia, mas igualmente por movimentos antidemocráticos. Isso foi tornado possível, entre outras coisas, pelo fato de que, na teoria e na prática, em grande parte da esquerda e da direita democráticas, o modelo cartelizado se apresentou como única versão possível da democracia, a sua versão “definitiva”.

IV. Estabelecidos, outsiders e o hiperlíder

A nova sociabilidade digital impõe transformações estruturais à institucionalidade política. Para falar segundo os tipos ideais das formas do governo representativo de Manin, as formas atuais da democracia institucional envolvem elementos do parlamentarismo — como a extrema personalização das candidaturas e da atuação de quem detém mandato eletivo —, da democracia do público — como a proposta de divisão do eleitorado por parte de líderes —, ou ainda da democracia dos partidos — como a informação que chega já com a interpretação, como era o caso dos jornais e rádios dos antigos partidos de massa, hoje substituídos por dispositivos digitais que produzem efeitos como as “bolhas” ou as “câmaras de eco”.

Mas o elemento de talvez maior relevância no momento atual é aquele que foi brevemente apresentado no início da seção III deste capítulo: o ressurgimento de partidos que não se consideram em mera competição com os demais pelo “controle do governo”, mas que pretendem de fato tomar o poder no sentido de desfazer a distinção entre “o governo de um partido” e “o governo” enquanto tal. Nesse sentido, elementos do que Manin chamou de “democracia dos partidos” ressurgiram, já que não foram poucos os partidos de grande relevância eleitoral na primeira metade do século XX que viam na institucionalidade democrática não um fim em si mesmo, mas

apenas um meio para tomar o poder e pôr fim a essa mesma institucionalidade democrática. Esse elemento é de particular relevância porque não parece se restringir a um movimento passageiro e fugaz, mas a uma tendência relativamente duradoura. Se chegará a ser a tendência dominante, apenas as lutas sociais em torno das formas institucionais da política o dirão.

As novas formas de organização têm base digital, seja quando mimetizam as plataformas digitais na sua maneira de se organizar e de tomar decisões — o que chamei aqui de “partido plataforma” —, seja quando não têm por objetivo a institucionalização — o que denominei aqui “partido digital”. Há ainda tipos diferentes de partido digital. Há partidos digitais cujo objetivo ao não se institucionalizar é desafiar a institucionalidade democrática no sentido de seu aprofundamento. Há outros partidos digitais que veem na institucionalidade democrática apenas um meio para destruir essa mesma institucionalidade. Esta última possibilidade pode parecer incongruente para quem pensa “partido” sempre em termos de adesão à institucionalidade democrática. Mas basta lembrar que “partido” não foi entendido exclusivamente nesses termos senão durante um período relativamente curto, correspondente, grosso modo, à segunda metade do século XX.

Por fim, é preciso ressaltar ainda que a hegemonia da lógica das métricas e das analíticas se impõe a partidos criados antes da era digital, obrigando-os a se digitalizar. Não tenho conhecimento de estudos detalhados e específicos sobre processos de digitalização forçada de partidos criados no mundo pré-digital. O que conheço diz que partidos criados na era pré-digital realizam sua digitalização de maneira meramente adaptativa. Quer dizer, continuam a operar como antes, apenas se veem obrigados a levar em conta, como exigências para sua sobrevivência, os requisitos digitais que envolvem, entre outras coisas, a busca de votos e de consentimento à sua atuação.⁷⁵ Nesse

sentido, partidos digitais e partidos plataforma representam de fato uma ameaça existencial para partidos pré-digitais em processo de digitalização. Não só em virtude do descrédito generalizado em relação a partidos tradicionais. Também porque a digitalização da política aponta para a possibilidade de transformações radicais na maneira de se entender “partido”, tanto em termos organizativos e organizacionais como em termos de processos de decisão e de atuação, tanto na relação com a sociedade quanto com o Estado.

Como tentei mostrar até aqui, a questão vai muito além de “partidos” e de “sistemas partidários”. Mas, para limitá-la ao tema dos partidos, vejo como resultado das análises que desenvolvi até aqui um quadro de multiplicidade de modelos e de padrões organizativos. Um quadro que aponta para uma diversidade de processos de institucionalização. O que representa ao mesmo tempo uma multiplicidade de objetivos presentes em cada uma das configurações partidárias possíveis no momento atual. Seja como for, essa breve (e lacunar) recapitulação da argumentação até aqui mostra que falta ainda tentar circunscrever os contornos da forma partido em suas versões digitais.

Seguindo a proposta de Paolo Gerbaudo, vou examinar não os processos de digitalização de partidos tradicionais, mas as formas que resultam de partidos que nascem, por assim dizer, digitais. Dentre esses, examinarei aqueles que permitem manter a conexão com a teoria tradicional dos partidos por meio da ideia de “partido carismático”, que tomo como pano de fundo, particularmente em sua conexão com o que Gerbaudo denominou “hiperlíder”. De outro lado, pressuponho a distinção que propus entre o “partido plataforma” e o “partido digital”. Ambas as formas podem produzir — mas não é necessário que isso sempre aconteça — hiperlíderes. Meu foco aqui está na conjunção entre “partido digital” e “hiperlíder” no sentido em que entendo essas expressões.

Levar em conta os elementos comuns estruturantes das duas formas não significa eliminar diferenças importantes, como, por exemplo, a da natureza das mediações entre a base e as cúpulas desses partidos. Esse é um elemento decisivo, por exemplo, quando se trata de distinguir iniciativas autoritárias daquelas que não pretendem desafiar, em suas bases, a institucionalidade democrática existente. Mesmo que estas possam acabar produzindo, ao final, consequências menos democráticas do que pretendem alcançar.⁷⁶

Uma atualização digital da ideia de “partido carismático” exige de saída o estabelecimento da conexão entre as novas condições digitais e a base social desses partidos. Nesse ponto, a tese de Gerbaudo de que partidos digitais são partidos de “outsiders” me parece bastante esclarecedora.⁷⁷ Escreve o autor:

Partidos digitais são partidos de outsiders, de pessoas que, em razão da idade, da situação profissional ou insegurança econômica, se sentem excluídas da sociedade e, portanto, guardam ressentimento contra o sistema existente e contra os partidos do establishment, vistos como mais propícios a representar insiders. O outsider pode ser entendido como uma pessoa que experimenta uma condição social e econômica instável, lutando para pagar as contas, e que frequentemente se vê sobrecarregada pela falta de provisões estatais de bem-estar. Essa é uma condição que se espalhou desde a crise financeira de 2008, depois da qual partidos digitais emergiram e cresceram, e que são particularmente fortes entre millennials, o grupo que provê a maior parte do apoio para esses movimentos e que enfrenta altas taxas de desemprego e de insegurança no trabalho.⁷⁸

Vê-se facilmente que outsiders representam aqui diversas formas de desigualdades: econômica, geracional, educacional, digital.

O que não quer dizer que esse grupo seja representativo do conjunto do eleitorado em termos quantitativos e de ponderação estatística, antes pelo contrário. Mas, como vimos, a lógica do digital é justamente a da amplificação de vieses, por meio de analíticas e de métricas que reconfiguram as esferas públicas, os públicos e os contrapúblicos.

E é aí que os descompassos sociais se conectam a balizas digitais de maneira estruturante. Por exemplo, no descompasso entre, de um lado, um grande aumento nos níveis de educação e o crescimento das desigualdades e o rebaixamento da qualidade de vida e dos empregos, e de outro, um descompasso que pode ser vocalizado e amplificado na vida digital de maneiras e sentidos impossíveis anteriormente. A conjunção de diferenças geracionais, educacionais e de capacidades digitais, amplificada pelas analíticas e pelas métricas, é capaz de produzir uma estruturação da política em que outsiders conectados — mas sem perspectiva de futuro ou de inclusão na política — desafiam os insiders desconectados, ou seja, os representantes do establishment político, representado em primeira linha pelos partidos políticos.

Esses traços gerais adquirem configuração particular no contexto brasileiro de desigualdades abissais. Gerbaudo tem em vista o contexto europeu, principalmente. Naquele contexto, por mais precarizada que tenha se tornado a vida, especialmente da juventude, não há termo de comparação possível com a situação brasileira. Gerbaudo trabalha com a oposição entre “outsiders conectados” e “insiders desconectados”. No caso do Brasil, é necessário introduzir uma nova categoria: a de “outsiders desconectados”, cujo contingente é expressivo.⁷⁹ Segundo o TIC domicílios, realizado pelo cetic.br, 13% das pessoas não têm nenhum acesso à internet, algo como 28 milhões de pessoas.⁸⁰ Dos 87% que utilizam a internet, 42% o fazem por computador e 99% por celular,⁸¹ sendo que 58%

o fazem unicamente por meio do celular.⁸² Isso significa que uma quantidade expressiva de pessoas usa, permanentemente ou pelo menos em alguns períodos do mês, apenas aplicativos “zerados”, o controverso *zero rating* de aplicativos como o WhatsApp e o Facebook, que não consomem planos de dados. Isso significa que uma quantidade expressiva de pessoas não tem nem sequer o recurso de abrir um link.

É preciso muita cautela, portanto, com o emprego da categoria de outsider, que é sempre uma categoria relacional — como já ensinou Norbert Elias, aliás. Uma coisa é estar na franja do sistema político, sem capacidade real de influenciá-lo, mas estar “conectado”, o que permite, com os novos recursos digitais, contornar os *gatekeepers* tradicionais para assaltar o centro do sistema. Em outros termos, ser outsider em relação ao *sistema político*. Coisa muito diferente é, além de ser outsider em relação ao sistema político, ser ao mesmo tempo outsider *social e econômico* — o que significa estar em uma posição de marginalização política quase absoluta. Uma posição de outsider não significa exclusão, já que toda pessoa está incluída de alguma maneira. O que importa é como está incluída, em que posição relativa em cada hierarquia. A precarização e a subalternidade brasileiras exigem investigar como centrais — para o jogo eleitoral, inclusive — categorias como a de “outsiders desconectados”.

Seria muito interessante, além disso, poder relacionar essas diferenças de classe combinadas a acesso a recursos do mundo digital com os elementos geracionais aí envolvidos, tão decisivos na caracterização de Gerbaudo. Mas também aqui sabe-se relativamente pouco. Porque mapear diferenças geracionais é algo muito distinto de explicar causalmente diferenças geracionais — e não apenas no caso brasileiro. Pelo menos é essa a conclusão de Laura Stoker em seu artigo de síntese da bibliografia em torno do complexo gerações e política em

países centrais — que são também o foco do estudo de Gerbaudo. Ao mesmo tempo, a autora considera ser razoável afirmar que, comparadas as gerações anteriores,

as gerações mais novas são demograficamente diferentes — mais educadas, tendem a se casar menos, são menos religiosas e mais diversas em termos étnicos. Tendem a ter crescido com uma mãe que trabalha fora de casa, a descender de imigrantes e em famílias marcadas por divórcios. São filhas e filhos da era digital, com pronto acesso a video games e à internet. E, evidentemente, foram criados em um meio social e político diferente em muitos sentidos daquele experimentado por gerações precedentes.⁸³

O que também quer dizer que, a despeito dos déficits explicativos para as relações entre mudanças demográficas (pensadas em termos geracionais) e política, é nelas que poderemos encontrar uma das chaves explicativas do momento presente.

Foi tendo isso em vista que Yascha Mounk realizou boa parte de suas investigações.⁸⁴ Seu raciocínio a respeito começa pela constatação de que se sabe desde há muito tempo que a confiança nas instituições democráticas vem declinando, mas que esse dado foi negligenciado pela ciência política até muito recentemente. Em especial, negligenciou-se o fato de que, em

1995, 34% de estadunidenses entre dezoito e 24 anos pensavam que um sistema político com um líder forte que não tem de se preocupar com o Congresso ou com eleições era bom ou muito bom. Em 2011, 44% de jovens estadunidenses pensavam da mesma maneira. O resultado entre estadunidenses de todos os grupos etários é similar: enquanto 24% endossavam um líder forte em 1995, 32% o fazem hoje [2018].⁸⁵

Olhar para esses números simplesmente para concluir que o terreno estava preparado para a chegada de líderes autoritários é apenas parte de uma história muito mais complexa. Não só porque os números não apontam para a formação de uma maioria nessa direção. Sobretudo porque, como veremos rapidamente no capítulo 3 a propósito do caso emblemático da eleição de Donald Trump em 2016, as batalhas digitais incluem momentos bastante diferentes, desde o ambiente programaticamente apolítico do lulz, da “zoação”, nos anos 2000, até a politização à esquerda de parte significativa desses grupos no começo da década de 2010 e a politização à extrema direita de outros grupos nos anos subsequentes.

A questão é, portanto, a de tentar qualificar o que poderia ser esse “líder forte” que surgiu e surge em todas as pesquisas sobre o tema. Paolo Gerbaudo o qualifica em termos de um “hiperlíder”. Para tentar esclarecer o que pretende dizer com isso, Gerbaudo estabelece um contraste em duas formas organizativas políticas diferentes no mundo digital. A primeira é a do que characterizei aqui como o típico partido plataforma, o Partido Pirata alemão, com seu sistema de decisão Liquid-Feedback. A plataforma se baseia no princípio de que usuários podem ou votar diretamente ou delegar seus votos sobre determinados temas e assuntos a uma pessoa em quem confiam. Essas delegações podem ser, por sua vez, delegadas a outra pessoa ainda, formando o que é descrito como uma “rede de confiança”. Essa delegação pode ser revogada, alterada e modificada a qualquer momento.⁸⁶

Por contraste, o hiperlíder é quem torna supérflua a mediação, eliminando especialmente a forma organizacional do partido político tradicional, com suas hierarquias e oligarquias. O fundamental aqui é a desconfiança em relação a qualquer tipo de mediação. O resultado, no entanto, é a atribuição de uma quantidade sem precedentes de poder para a figura que

lidera.⁸⁷ Nesse modelo, a figura do simpatizante desempenha um papel essencial, já que realiza a “transmissão da confiança” do líder para a base.⁸⁸

Na interpretação de Gerbaudo, quando esse tipo de atuação se vale de um mimetismo das plataformas digitais, com consultas periódicas aos usuários, por exemplo, isso faz com que a

persistência da liderança e de mediações invisíveis por trás da fachada de desintermediação levem a formas de vieses ou de pura manipulação que levantam sérias questões sobre a qualidade democrática das consultas. Isso vem também do fato de que a plataforma não é um sistema inteiramente automatizado. É gerenciada pelo staff político, que presta contas à liderança do partido e que mantém diferentes canais de influência em operações aparentemente tão triviais como as chamadas e os agendamentos das consultas. A formulação das questões dos referendos pode ter um forte efeito manipulativo no eleitorado, dado que delimita o campo das possibilidades e apresenta sugestões ou opções preferenciais. Associado aos poderes de agenda nas mãos da liderança, esse poder pode ter uma forte influência no resultado dos votos digitais que, como visto no caso dos referendos online, quase invariavelmente trazem a resposta esperada pela liderança.⁸⁹

Apesar do vocabulário muitas vezes centrado exclusivamente na “manipulação”, como já ressaltado, Gerbaudo não deixa de sublinhar, em momentos importantes, que o conjunto de associados não é inteiramente desprovido de poder, que é necessário algum tipo de aprovação periódica do “hiperlíder” por parte de sua “superbase”. E que baixas taxas de participação, adesão ou interação podem fazer soar sinais de alerta relevantes para a liderança e seu pequeno círculo mais próximo, o seu

entourage direto, em que está concentrado o poder e a iniciativa. Para Gerbaudo, plataformas de participação podem ser descritas como a arena de “um cabo de guerra, ou de um círculo de feedback desigual, entre o conjunto de associados e a liderança, mas em que a liderança quase sempre prevalece sobre o conjunto de associados”.⁹⁰

Neste momento, faz-se necessário retomar uma vez mais a distinção proposta anteriormente sobre “partidos digitais” e “partidos plataforma”. Ainda que ambos resultem na produção do “hiperlíder”, os mecanismos de manutenção do poder da liderança são diferentes. Enquanto partidos plataforma dependem de consultas, referendos e discussões públicas, os partidos que chamei aqui de digitais dependem apenas de interações, de analíticas e métricas. Ou seja, partidos plataforma têm, bem ou mal, já algum grau de institucionalização. Partidos digitais são ainda menos institucionalizados. E, como defendi neste capítulo, não têm a institucionalização por objetivo. Mantêm-se como movimentos digitais ou, no máximo, hakeiam um partido tradicional existente. Isso é o que distingue, por exemplo, o 5 Estrelas italiano do trumpismo estadunidense, ou do bolsonarismo brasileiro. No caso de Trump ou de Bolsonaro, seus respectivos partidos digitais fazem uso das estruturas partidárias — e institucionais, de forma mais ampla — de maneira meramente utilitária, como meios para expansão de suas bases e para a obtenção de resultados eleitorais.

Retomar essa distinção também permite retomar outro ponto fundamental apresentado no começo deste capítulo. Com Manin, vimos que a passagem da “democracia dos partidos” para a “democracia do público” significou também a passagem para um modo de funcionamento em que os partidos se tornam tendencialmente instrumentos a serviço de um líder. Uma situação que se exacerbou — como vimos no capítulo 1, com Peter Mair — quando partidos deixaram de ser as plataformas exclusivas de

que se valem os líderes políticos. Essa exacerbação da liderança está relacionada também ao abalo dos pilares da “democracia do público”, de sua esfera pública uniforme, homogênea e de acesso controlado por oligopólios de comunicação.

Ao mesmo tempo, na democracia do digital, a liderança se constrói e se mantém de maneira muito menos unilateral do que na democracia do público, apesar de todas as estruturas certamente manipulativas presentes em partidos digitais e em partidos plataforma. Já Manin tinha mostrado que a posição do público não era simplesmente passiva, que não se tratava apenas da escolha de equipes de governo, de elites que implementavam políticas públicas em nome do público. Ao contrário, a posição reativa do público, mostrou Manin, significava de fato capacidade de influência sobre políticas públicas, já que o juízo público antecipava, ao longo do exercício de governo, o julgamento sobre as políticas implementadas que seria realizado na eleição seguinte.

Na democracia do digital, essa antecipação é agora uma combinação de reações instantâneas — de interações — com pesquisas de opinião clássicas e digitais. Há uma espécie de correção mútua entre as duas instâncias. As interações dão um parâmetro de atuação para a “superbase” (como a chamou Gerbaudo) enquanto pesquisas de opinião clássicas e digitais abarcam o conjunto do eleitorado. Mas, como argumentei na seção II deste capítulo, essa combinação se dá sob o predomínio relativo da lógica das analíticas e das métricas, em sua fúria peculiar com a mídia tradicional e mainstream. O que significa dizer, ao mesmo tempo, que o hiperengajamento acaba por ganhar um peso desproporcional tanto na repercussão pública como nas decisões políticas fundamentais de líderes.

Nesse sentido, o principal papel organizador da liderança política, segundo Manin, que é o de propor ao eleitorado divisões em que se reconheça, também não permanece o mesmo.

Como vimos, na “democracia dos partidos”, a divisão — na qualidade de divisões de classe — era dada, cabendo aos partidos representá-las. Já na “democracia do público”, as divisões não estão dadas, têm de ser propostas pela liderança política, em processos de tentativa e erro. No caso da democracia do digital, a liderança política já não detém mais o monopólio da iniciativa da proposição de divisões em que o eleitorado venha a se reconhecer, ainda que mantenha o monopólio da iniciativa de institucionalizar tais divisões por meio de iniciativas legislativas e de políticas públicas, de maneira mais ampla, o que é certamente decisivo. Dito de outra maneira, a origem da iniciativa da divisão se dá agora em processos de interação entre o hiperlíder e a superbase, não cabendo a nenhum dos lados, por princípio, o monopólio da iniciativa. Mesmo não restando dúvida de que o hiperlíder continua a ser o grande beneficiário dessa estrutura, ainda assim cabe ter cautela ao descrever o processo em termos de mera manipulação — o que, como dito, é uma forte tendência na interpretação de Gerbaudo —, como, aliás, é a tendência de grande parte da bibliografia sobre a sociabilidade digital, de maneira mais ampla.

Essas mudanças nos processos de produção das divisões do eleitorado também guardam relação com a afinidade de partidos digitais e partidos plataforma com o “partido carismático” da teoria de partidos tradicional. Como vimos, a ideia de “partido carismático” é desviante, no sentido de não corresponder bem a nenhuma figura organizacional estável a que se pode dar o nome de partido. E, no entanto, entendo que é essa figura a que melhor circunscreve as novidades organizativas surgidas nas primeiras décadas do século XXI.

Segundo a lição de Max Weber a propósito do carisma em suas múltiplas manifestações, temos sempre de questionar a dificuldade de estabilização de formas carismáticas, quer se trate de um tipo de dominação ou de um tipo de partido.

Do ponto de vista do momento histórico em que nos encontramos, o que temos é apenas o fenômeno, e não sua estabilização sob alguma outra forma. Nesse sentido, é importante ao menos levantar questões como: e se o próprio carisma tiver mudado de configuração e de modo de funcionamento com a sociabilidade digital? E se tiverem surgido condições para a formação e a persistência de organizações políticas de outra natureza? São questões certamente amplas demais para os objetivos estreitos deste capítulo — e mesmo deste livro. Ao mesmo tempo, são questões que ressoarão ao fundo, de alguma maneira, nos desenvolvimentos a seguir, quando o objeto será diretamente a história política brasileira das duas primeiras décadas do século XXI, em especial nos “dez Junhos” entre 2013 e 2022.